

---

# A relação entre a economia do açaí

---

e crescimento urbano em uma  
pequena cidade do estuário  
do rio Amazonas: uma reflexão

---

Açaí fruit and urban growth  
in small cities of Amazon River  
estuary: a reflection

**Sandra Maria Fonseca da Costa**

**Jobair de Assis Rangel**

**Gustavo Rodrigo Milaré Montoia**

**Ed Carlos dos Santos Valota**

Universidade do Vale do Paraíba,  
Laboratório de Estudo das Cidades.  
São José dos Campos (SP), Brasil  
[sandra@univap.br](mailto:sandra@univap.br)

---

## Resumo

A cidade de Ponta de Pedras, localizada na Ilha de Marajó, na foz do rio Amazonas, Brasil, é um exemplo de uma pequena cidade da Amazônia com uma economia marcada por diferentes períodos econômicos. Recentemente, a produção intensiva de açaí (*Euterpe oleracea*) revigorou a economia local. Nesse sentido, esse artigo apresenta uma análise sobre o crescimento da cidade e investiga como a produção do açaí se posiciona como atividade econômica importante para seus moradores. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da análise dos dados obtidos com a aplicação de formulários para mais do que 10% dos domicílios urbanos, aplicados em julho de 2010 e de 2013, com informações sobre o perfil socioeconômico da população, suas redes sociais, sua percepção do urbano entre outros dados. A produção de açaí molda a região e a cidade, e a cidade continua a atrair indivíduos e famílias apesar de oferecer serviços e condições urbanas deficientes.

**Palavras-chave:** pequena cidade; Amazônia Legal; produção de açaí; crescimento urbano.

## Abstract

*The city of Ponta de Pedras, located in Marajó Island, the Amazon River estuary, Brazil, is an example of a small Amazon city with an economy marked by different economic times. More recently, intensive production of açaí (*Euterpe oleracea*) has boosted its economy. Thus, the purpose of this article is to analyze the growth of the city and investigate the importance of açaí production as an economic activity from the residents' point of view. This research was developed from the analysis of data obtained from application forms implemented to more than 10% of all urban households in July 2010 and 2013. These forms required information on socio-economic profile of the population, their social networks, their perception of urban aspects among other data. The production of açaí shapes the region and the city itself, attracting individuals and families in search of a better life, despite the deficient services and poor urban conditions they will be offered.*

**Key words:** small city; Amazon region; açaí fruit; urban growth.

## 1. Introdução

As mudanças temporais, sociais e espaciais dos mercados agrícolas e dos recursos florestais da Amazônia têm sido acompanhadas por numerosas mudanças nos padrões de assentamentos, uso da terra e fluxos migratórios. Ao mesmo tempo, estas mudanças têm levado a intensificação das conexões sociais e econômicas entre famílias e comunidades residindo em áreas urbanas e rurais. Para entender as dinâmicas socioambientais na Amazônia contemporânea deve-se atentar às relações intrínsecas criadas pelo contínuo rural-urbano e às relações no sistema urbano regional.

Bertha Becker, em 1985, considerou a Amazônia Legal<sup>(1)</sup> uma «floresta urbanizada», pois, naquele momento, a população urbana havia ultrapassado a população rural (Becker, 2005). Entre 1970 e 2010, a população urbana na região aumentou mais de 500 %, enquanto, no Brasil, o aumento foi de, aproximadamente, 200 %.

Em função desse intenso processo de urbanização, na Amazônia, houve a emergência das cidades como importante elemento dentro do espaço regional. Predominantemente, essas cidades amazônicas são pequenos aglomerados urbanos, possuem menos de vinte mil habitantes, uma «*fraca ou nenhuma infraestrutura (...) e, embora apresentem a estrutura de cidade, carecem de atividades econômicas caracterizadas urbanas*» (Oliveira, 2006). De acordo com Costa *et al.* (2012), em 2010, as cidades com menos de 20 mil habitantes predominam em número na região amazônica (mais de 60 % do total).

Outro aspecto, igualmente importante, é como são gerados e aplicados os recursos municipais que proporcionam às cida-

des melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Sabe-se, como mencionado por Oliveira (2006), que a maioria dos municípios da Amazônia dependem das atividades rurais como pesca e extrativismo, possuem uma fragilidade econômica muito grande e, por isso, sua base econômica quase se limita aos repasses de recursos públicos (Oliveira, 2006). No estuário do rio Amazonas, a produção do açaí predomina como base econômica de muitos municípios, recurso esse não gerador de impostos para o município, em função de sua característica extrativista (Brondízio, 2008). De acordo com o IBGE (2013), 4 % dos municípios da Amazônia Legal colhem mais de mil toneladas/ano de açaí, sendo que os municípios que se encontram no estuário do rio Amazonas<sup>(2)</sup> são responsáveis por 44 % da produção nacional. O açaí-do-Pará é autóctone do estuário amazônico, encontrado em matas de terra firme, várzea e igapó (Souza, 1996).

Segundo Krugman (apud Penalva Santos, 2003: 19), «*uma boa forma de se entender a economia norte-americana é estudando suas cidades*». E esse fato não se apresenta diferente para o Brasil. De acordo com Penalva Santos (2003), a nova ordem econômica, estabelecida pela lógica da globalização, faz com que o espaço se estruture respeitando uma nova dinâmica, associada, entre outros elementos, às atividades artesanais e, sobretudo, à economia de serviços.

A cidade de Ponta de Pedras, localizada na Ilha de Marajó, na região estuarina do rio Amazonas, no Brasil, é uma pequena cidade e sua dinâmica é influenciada pela exploração do açaí e pela ampliação do setor de serviços, sendo um exemplo da realidade das pequenas cidades da Amazônia Legal. A economia do município tem sido marcada

por diferentes períodos econômicos e, mais recentemente pela produção intensiva de açaí (*Euterpe oleracea*), se destacando como terceiro produtor nacional desse produto (IBGE, 2011). A atual fase econômica tem influenciado a dinâmica demográfica local e causado mudanças importantes na área urbana.

Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo apresentar uma análise do crescimento urbano de Ponta de Pedras, entre 1991 e 2015, período de crescimento da comercialização e internacionalização do açaí, e seus reflexos na vida do morador urbano. Esse estudo pode contribuir com a compreensão do processo de urbanização no estuário do rio Amazonas, suas características e as relações que se estabelecem entre a cidade, seus moradores e a produção de um produto da floresta, como o açaí, o que pode permitir perceber a contribuição dessas cidades na rede urbana da Região.

## 2. A região amazônica e o urbano

O desenvolvimento das cidades na região da Amazônia Legal foi influenciado por diferentes períodos econômicos e políticos, desde o missionário e militar, no século XVII, dos entrepostos comerciais, às cidades fundadas por empresas ou pelo Estado, aos povoamentos espontâneos e às vilas deficientes das fronteiras (Sawyer, 1987; Corrêa, 1993; Machado, 1999; Castro, 2008; Amaral *et al.*, 2013). Desde 1990, um sistema complexo de nós de redes urbanas emergiu e continua a expandir-se no nível sub-regional. Por um lado, redes conectando áreas rural-rural e rural-urbana desenvolveram-se e intensificaram-se em consequência da expansão do sistema de transporte e de

comunicação e de um mercado crescente para os produtos da floresta e os outros recursos, enquanto, de outro lado, redes conectando pequenas cidades às cidades médias e grandes se desenvolveram, ao mesmo tempo as populações se movem e circulam na busca de serviços e de oportunidades econômicas.

Estas cidades se multiplicaram, com fraca infraestrutura, ausência de saneamento básico, de serviços sociais que atendam à população, sendo dependentes de repasses de recursos públicos do Governo Federal (Oliveira & Schor, 2008).

De acordo com Bertha Becker (2005), não podemos medir urbanização utilizando apenas critérios populacionais, mas também considerando os valores de urbanização para a sociedade, em termos de oportunidades sociais e econômicas, incluindo serviços, emprego e segurança (por exemplo, contra a expulsão da terra). Isso ajuda explicar a caracterização proposta por Becker da região Amazônica como uma floresta urbanizada. Cabe ressaltar que essa urbanização caracteriza-se como pontual, pois não foi um movimento da região como um todo, apenas alguns locais se urbanizaram mais do que outros. A professora Edna Castro, em palestra realizada em 26 de setembro de 2008, durante a XIV Semana de Planejamento Urbano e Regional, organizada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR / UFRJ), considerou que a Amazônia não é só verde, ela é multicolorida, pois não é só uma grande floresta, mas também congrega uma diversidade sociocultural que deve ser incorporada ao processo de planejamento da região.

Sob o ponto de vista urbano, a região Amazônica, mesmo possuindo indicadores

urbanos que fazem com que ela seja considerada uma «Floresta Urbana», apresentou estatísticas bem peculiares: entre 1991 e 2000 aumentou o número de cidades, entretanto este aumento foi verificado com mais intensidade em relação às cidades consideradas pequenas em número de habitantes (Oliveira, 2006). Por exemplo, nas 760 cidades classificadas como sedes dos municípios localizados na Amazônia legal (IBGE, 2000), 84 % possuíam menos de 20 mil habitantes. Em 2010, esse valor se modificou para 81,4 %, porém continuava significativo.

As cidades da Amazônia ainda se diferenciam pelo seu padrão espacial, segundo Trindade Junior *et al.* (2008). Os autores as classificam em três padrões: o padrão ribeirinho orientado, direta ou indiretamente pelo rio, como Ponta de Pedras; o padrão espontâneo, como os que não obedecem a uma orientação referencial considerando uma construção aleatória que seguiu a necessidade e interesses de apropriação espacial; e padrão pré-definido, com as frações diferenciadas do espaço em relação à evolução histórica, geralmente loteamentos públicos ou privados.

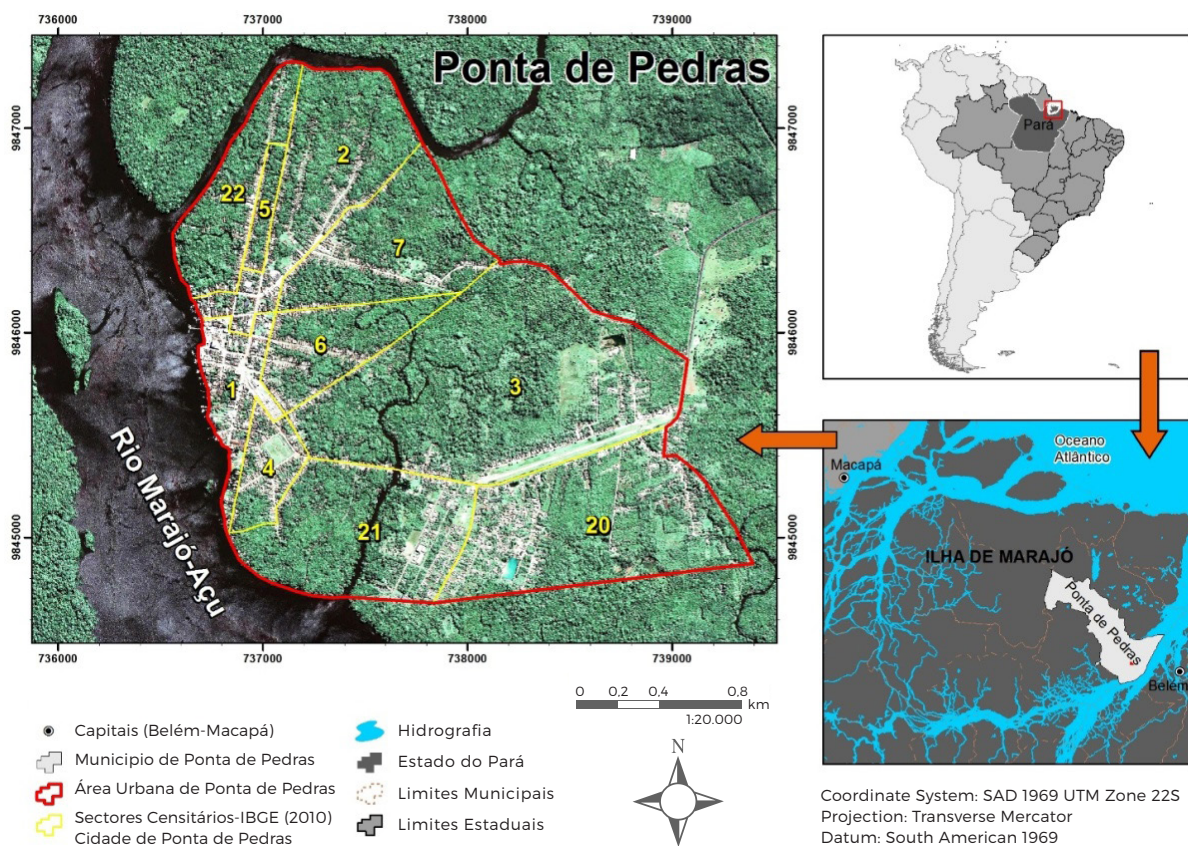
De acordo com Trindade Jr *et al.* (2008), nem toda cidade é ribeirinha, mesmo que seja margeada por um rio. A cidade ribeirinha tem seus traçados de ruas ligados ao rio, pois vão de encontro ou terminam nele, como também toda a dinâmica da cidade está ligada ao movimento das marés, ao tempo da natureza. Seu padrão de ocupação foi rio/várzea/floresta. A cidade beira-rio desenvolveu-se de costas para o rio, como a cidade de Belém, e sua dinâmica está ligada a fatores externos, às rodovias e à terra firme, com o padrão de ocupação rodovia/subsolo/terra-firme. As cidades ribeirini-

has têm ligações identitárias com o lugar, demonstrado em seu modo de vida, como a interação de seus habitantes com os cursos fluviais em vários sentidos: uso doméstico; fonte de recurso.

Existe, também, uma estreita ligação dos moradores das cidades com suas famílias residentes nas áreas rurais, como também com as atividades agrárias no meio urbano, com atividades de agricultura, como se pode constatar em casas que em seus quintais cultivam produtos da floresta. «*Isso porque o urbano na Amazônia é heterogêneo: é uma mistura de estilos de vida rural e de vida na aglomeração, reforçada pela enorme diversidade de produtos extrativos que compõem o conjunto importante de bens que circulam no meio urbano. Para alguém de fora da região, isso evoca elementos tradicionais numa sociedade em processo de mudança*» (Nunes, 2008: 55).

### 3. A cidade de Ponta de Pedras: crescimento urbano e a produção de açaí

Esta pesquisa estuda uma cidade localizada no estuário do rio Amazonas, no estado do Pará: Ponta de Pedras (**Figura 1**). De acordo com o Projeto DELTAS<sup>(3)</sup>, nessa área, percebe-se que o ambiente está fragilizado. Um das razões é a predominância de cidades com menos de 20 mil habitantes (68 % do total), as quais possuíam, em 2010, menos de 4 % de seus domicílios conectados à rede geral de esgoto (IBGE, 2014). Ou seja, são pequenos núcleos urbanos, com fortes carências de investimento em infraestrutura e com grandes disparidades socioeconômicas, muito usuais, não só à Amazônia Legal, como é a realidade da pequena cidade brasileira.



**Figura 1** Localização da cidade de Ponta de Pedras, ressaltando-se o limite do perímetro urbano, em vermelho e a divisão dos setores censitários, em amarelo. *Fonte:* Elaborado pelos autores

A cidade de Ponta de Pedras, localizada na ilha de Marajó, no Pará, se insere nesse contexto de pequenas cidades. Essa cidade oferece uma oportunidade para examinar as relações sociais e entender o papel de programas de desenvolvimento e políticas públicas, e mercados globais nas trajetórias demográficas e urbanas desta área. Localiza-se a 3 horas de barco da capital do estado, Belém.

Ponta de Pedras foi fundada em 1727, como freguesia e foi elevado à categoria de Vila, em 1877. A Atividade agropecuária é predominante, sendo que a produção do açaí

e a criação de búfalos são as bases da economia local. A população rural ainda predomina no município, porém, desde 1970, seguindo uma tendência global, tem-se observado um aumento da população urbana.

A cidade de Ponta de Pedras mantém um cotidiano que nos remete aos anos 1950, cotidiano esse descrito de forma detalhada pelo antropólogo Charles Wagley, em 1953, em sua obra *Amazon Town* (Wagley, 1976), segundo o qual pequenas cidades como Gurupá, estudada por ele, são tranquilas e a vida de seus habitantes segue o ritmo das águas dos rios, como o que se observa

em várias cidades ribeirinhas da Amazônia Legal.

Na **figura 2** podem-se observar algumas paisagens urbanas de Ponta de Pedras, tão usuais a essas pequenas cidades da Amazônia. Semelhante às áreas ribeirinhas localizadas na área rural, as casas construídas na área urbana ao longo da várzea possuem jardins com açazais. Nas áreas de terra firme, a paisagem urbana é marcada por construções mistas (de concreto e/ou madeira) ao longo de estradas não pavimentadas e ocasionalmente escurcidas pelas plantações dispersas de açai.

O crescimento urbano do município de Ponta de Pedras aconteceu atrelado à ausência de políticas públicas efetivas, que proporcionassem uma melhor organização do espaço urbano dessa cidade. Basta caminhar pelas ruas que cercam a área central do município para se deparar com a precariedade das ruas e postos de atendimento público, sem deixar de ressaltar também as condições pelas quais estão os bairros mais

carentes. Os moradores dos bairros, principalmente das palafitas, reclamam da iluminação pública, da interrupção diária no fornecimento de água, do risco enfrentado pelos moradores ao circularem pelas ruas de madeira.

Eles afirmam que as madeiras sobre as áreas dos igarapés apodrecem rapidamente e se sentem esquecidos pelo poder público, pois passam meses enfrentando situação de calamidade e esquecidos pelos seus representantes na câmara municipal. A população do município sofre com as péssimas condições dos serviços públicos oferecidos, sejam eles na saúde, na educação ou até mesmo no lazer. Postos de saúde sem infraestrutura adequada, carência de médicos que atendam os casos mais urgentes, ambientes escolares insalubres que comprometem o aprendizado. A infraestrutura básica é precária, há ruas sem pavimentação, esgoto a 'céu aberto', ruas de madeira e um precário hospital municipal que marcam a paisagem urbana de Ponta de Pedras.



**Figura 2** Imagens da cidade de Ponta de Pedras: Paisagens rurais (açazais), pontes utilizadas como passarelas e ruas pavimentadas na área central. *Fonte:* Fotografias obtidas pelos autores entre 2009 e 2014

## 4. Produção de açaí e crescimento urbano

Para compreender o crescimento urbano de Ponta de Pedras, entre 1991 e 2015, as relações que se estabelecem entre esse crescimento e a produção o açaí e seus reflexos na vida do morador urbano foram obtidos dados por meio da aplicação de formulários, em julho de 2010 e julho de 2013<sup>(4)</sup>, a 352 domicílios urbanos, mais de 10 % do total de domicílios urbanos, em 2010, de acordo com o IBGE (2010). Os formulários foram elaborados especificamente para atender os objetivos da pesquisa e possuía 40 questões para permitir avaliar o perfil socioeconômico do morador urbano, a partir das informações sobre: local de origem do morador, tempo de residência na cidade, fontes de rendimento, ligações familiares e comerciais com o rural, relações sociais que a família possui, grau de escolaridade, suas redes sociais, percepção sobre o urbano, entre outras informações.

O perímetro urbano de Ponta de Pedras possui 10 setores censitários (**Figura 1**), estabelecidos pelo Censo de 2010 (IBGE, 2010). Considerando o número de domicílios existente em cada setor, foram selecionados 10 % desses domicílios para a aplicação dos formulários, seguindo uma amostragem estratificada, de acordo com o número de domicílios existentes em cada setor censitário urbano (IBGE, 2010). Os formulários foram aplicados nas faces de ruas e distribuindo-os dentro dos setores, de forma equitativa. Esses dados foram tabulados e permitiram compreender se houve mudanças em relação à principal fonte de recursos financeiros das famílias residentes na cidade de Ponta de Pedras.

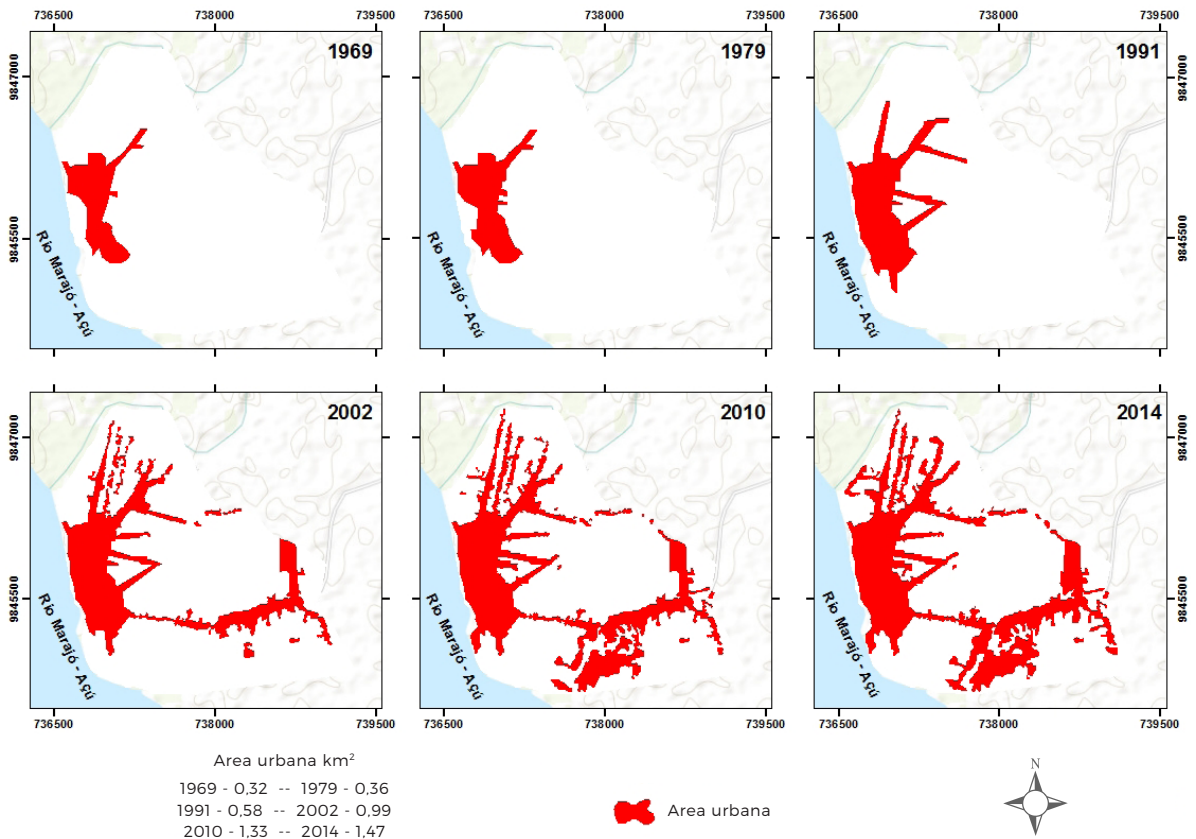
Foram utilizadas fotografias aéreas de 1969 e imagens de satélite, obtidas entre 1980 e 2010, para mapear o crescimento da cidade. Dados secundários, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tais como população urbana, população rural, migração, entre outros, e dados da RAIS (2014) -Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego foram utilizados para compreender a situação do emprego formal.

### 4.1. O crescimento da cidade

Numa periodização de aproximadamente 40 anos, respectivamente entre 1969 e 2014, a área urbana de Ponta de Pedras cresceu 1,15 km<sup>2</sup>, representando um acréscimo de 360 %, em relação à área urbana existente em 1969. Essa área era ocupada, em 2010, por uma população de 12.424 habitantes, ou seja, 47,8 % de um total de 25.999, segundo dados do Censo (IBGE, 2010). A expansão da área urbana foi muito significativa entre 1991 e 2002, quando a área urbana cresceu, nesse período de 11 anos (**Figura 3**), 71 % e a população urbana 47 %, passando de 5.866 moradores para 8.641. O crescimento populacional, ao longo desse período, foi motivado, principalmente, pela migração local, ou seja, moradores de áreas ribeirinhas próximas se deslocaram para a área urbana.

O crescimento urbano coincide com a valorização da economia do açaí, o qual dinamizou a migração para a cidade, a partir dos anos 1990's. De acordo com levantamento realizado em 2010, por meio de formulários aplicados aos domicílios urbanos, 40 % dos chefes de famílias haviam migrado para a cidade entre 1990 e 2009, sendo que mais de 97 % desses migrantes eram provenientes de comunidades ribeirinhas próximas à





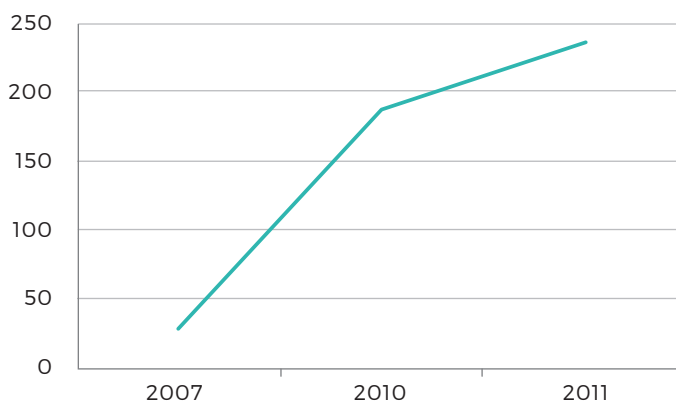
**Figura 3** Crescimento da área urbana de Ponta de Pedras. *Fonte:* Elaborado pelos autores

cidade de Ponta de Pedras ou de cidades da região deltaica do rio Amazonas.

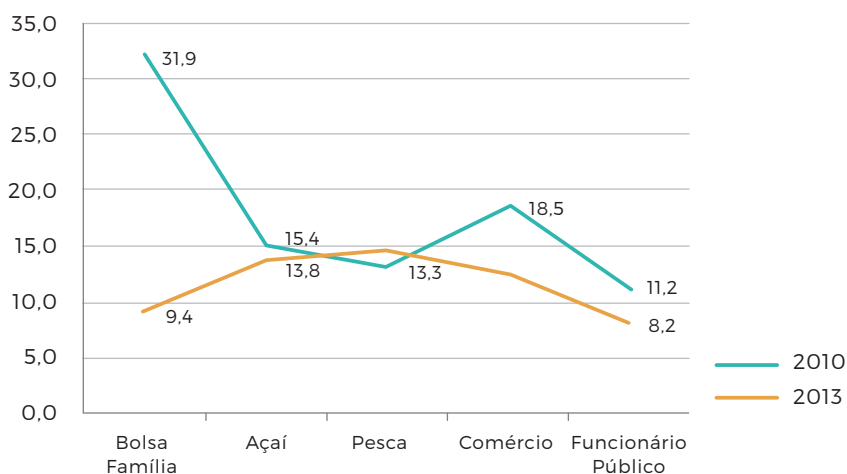
O crescimento urbano também pode ser verificado no aumento da atividade comercial. Dados coletados em campo<sup>(5)</sup> e na Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras possibilitaram construir o gráfico da **figura 4**. Em 2007, a cidade possuía 31 estabelecimentos comerciais. Em 2010, obteve um crescimento de mais de 500 %. Esse crescimento continuou em 2011, quando foram contabilizados, por meio de levantamento de campo, 235 estabelecimentos. Esse incremento sinaliza uma dinâmica comercial urbana que teve como consequências o aumento do emprego no setor.

Durante dois trabalhos de campo, realizados em 2010 e 2013, foram aplicados formulários aos chefes de famílias dos domicílios urbanos para levantar qual era a principal fonte de renda da família (**Figura 5**).

Em 2010, o «Bolsa Família», programa de transferência de renda do Governo Federal, foi apontado por 31,9 % dos respondentes como a principal fonte de renda; para 15,4 %, atividades vinculadas ao açaí eram a principal renda familiar, seguida da pesca, para 13,3 % das famílias. O comércio, naquele ano, se mostrava como uma importante atividade e gerador de renda, sendo que 18,5 % dos respondentes afirmaram que dependiam dessa atividade para gerar renda



**Figura 4** Número de estabelecimentos comerciais existentes na cidade de Ponta de Pedras entre 2007 e 2011. *Fonte:* Cadastro da Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras (2010) e levantamento de campo (2011)



**Figura 5** Principal fonte de renda da família, em 2010 e em 2013. *Fonte:* formulário aplicado aos domicílios urbanos (2010 e 2013)

para a família. A dependência do emprego público, setor esse que é o principal empregador formal, segundo a RAIS (2014), aparecia como importante atividade para 11,2 % dos respondentes.

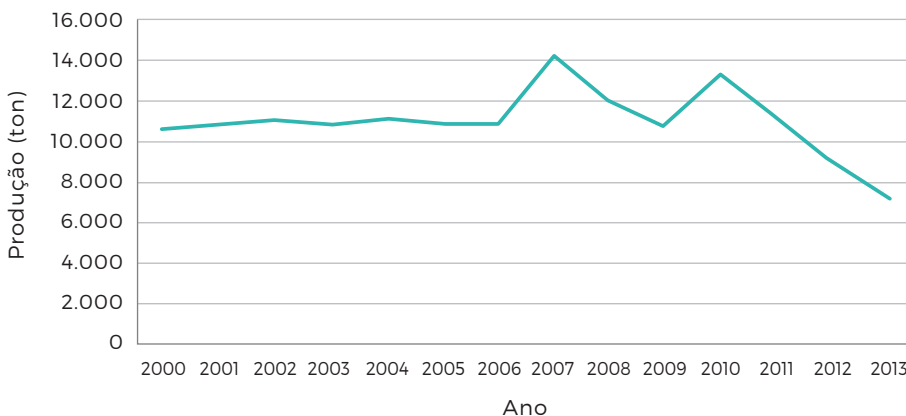
Em 2013, observamos uma diversificação nas atividades geradoras de renda para essas famílias moradoras na cidade de Ponta de Pedras. Entretanto, o «Bolsa Família» deixou de ser citado pela maio-

ria dos respondentes como uma das cinco importantes fontes de renda, e as outras atividades ganharam importância quase que equitativa, chegando a ultrapassar a importância do programa do Governo Federal, como é o caso das atividades vinculadas à produção do açaí. Essa situação é justificável, pois açaí se converteu no grande motor transformador da realidade de várias famílias, que conseguem sobreviver à escassez

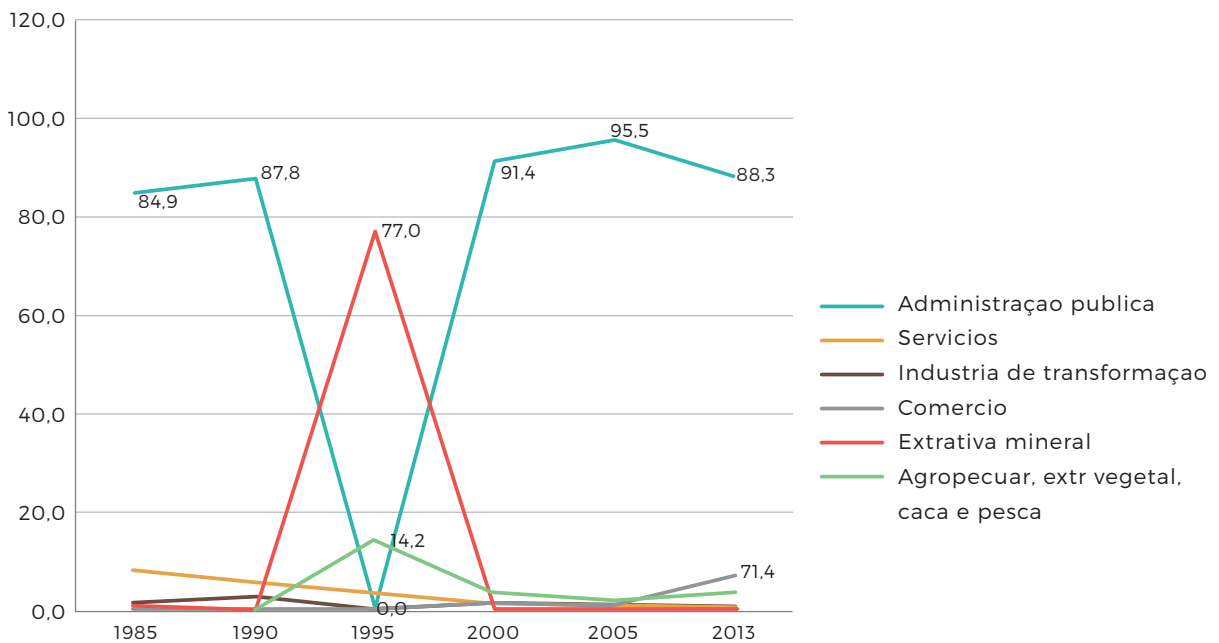
da entressafra<sup>(6)</sup> em função do preço que o produto alcança no mercado e das possibilidades de poupança, provenientes de sua comercialização. Há inúmeras barracas, em «fundos de quintais» que revendem o açaí «batido» para a população, e que gera uma renda extra a esses moradores.

O açaí move a economia do município de Ponta de Pedras. Predominantemente, essa produção domina a várzea do estuário e a maioria dos produtores são pequenos sítiantes, posseiros. Com a valorização do produto no mercado mundial, muitos sítios estão sendo comprados por grandes fazendeiros. Apesar de não gerar impostos diretos para o município, pois é considerada uma atividade extrativista, tem transformado o perfil, não só de Ponta de Pedras, mas de outras das cidades dessa região. Segundo o IBGE (2014), até 2010, o município ocupava a segunda posição nacional em produção de açaí, sendo responsável por, aproximadamente, 11 % da produção nacional. A partir de 2011, a produção caiu e em 2013 o município produzia 3,5 % da produção nacional e ocupava a 6ª posição (Figura 6).

Apesar de visualizarmos mudanças na dinâmica da cidade, observa-se que características comuns relacionadas ao emprego em outras cidades da região Amazônica ainda se mantém. Os levantamentos de campos de 2010 e 2013 constataram que a atividade comercial é a uma das grandes empregadoras. Entretanto, a RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, nos mostra que o setor público concentra o emprego formal. Ou seja, a população do município de Ponta de Pedras desenvolve funções, predominantemente, no setor informal. O trabalho formal concentra-se no emprego público, o qual correspondia, em 2013, a 88 % dos trabalhos formais (Figura 7). Essa situação reafirma a máxima de Milton Santos, o qual afirmou que a manutenção da população nestas áreas da Região Norte, onde insere-se parte da Amazônia Legal, deu-se pelos empregos públicos, haja vista que a instabilidade econômica tende a expulsar a população das cidades (Santos, 1993). Outra constatação é que a atividade extrativista também ocorre, predominantemente, sem carteira assinada, na informalidade. Problema maior para o trabalhador, caso sofra algum acidente, usual nessas atividades.



**Figura 6** Produção de açaí do município de Ponta de Pedras. Fonte: IBGE (2014)



**Figura 7** Empregos em diferentes setores de atividade econômica no município de Ponta de Pedras, entre 1985 e 2013. *Fonte:* RAIS – MTE (2014)

## 5. Considerações finais

Com uma paisagem urbana particular, Ponta de Pedras exerce uma atração sobre a população ribeirinha regional. De acordo com os formulários aplicados na cidade, em 2013, observa-se que 68 % dos entrevistados nasceram no município e, entre esses, aproximadamente a metade nasceu no interior do município, em comunidades ribeirinhas. Para esses moradores, as principais razões que motivaram a mudança da família para a cidade relacionam-se à busca por serviços, como educação e saúde, e melhores oportunidades.

A mobilidade populacional se intensifica a medida que essas pessoas se direcionam à cidade sede em busca de serviços públicos, atendimento em postos de saúde, lazer e visitas a parentes e amigos.

As relações sociais intensificam o fluxo de pessoas que se deslocam diariamente pelos extensos rios que marcam a paisagem da Amazônia.

Embora se caracterize como um município fortemente dependente dos repasses públicos federais, Ponta de Pedras insere-se, indiretamente, no mercado internacional, uma vez que é considerado um grande produtor de açaí. O produto, que é colhido nas várzeas onde se localizam os açazais, é transportado, diariamente, em ‘paneiros’, como explicado anteriormente, até os grandes centros de consumo e exportação de polpa da fruta, como Belém e Ananindeua. O comércio da fruta açaí é uma importante fonte de renda para diversos proprietários de terras, moradores ribeirinhos, grandes e pequenos comerciantes.

A aceitação do fruto no mercado nacional e global insere não só o município de Ponta de Pedras, no mercado internacional, como também os demais municípios da região deltaica do rio Amazonas, área nativa do açaí. Os ganhos obtidos com a comercialização do fruto poderiam transformar as fracas e dependentes economias de vários desses municípios, além de favorecer a criação de postos de trabalhos. Isso não ocorre porque o circuito da produção do açaí não gera recursos diretos para o município produtor, por meio do recolhimento de impostos.

Assim, entende-se que a forte movimentação econômica desenvolvida pela comercialização do açaí transformou não só a condição econômica das famílias ribeirinhas, mas também, condicionou uma nova dinâmica na economia local da cidade de Ponta de Pedras, a exemplo dos inúmeros pontos de comércio que surgem para atender as

necessidades de sua população. As demandas externas e o aumento significativo da produção do fruto transformaram a economia dessa pequena cidade. Um simples caminhar pelas ruas precariamente pavimentadas, e pelas suas inúmeras palafitas, proporciona um encontro com pequenos pontos de comércio, *lanhouses*, supermercados, etc.

A paisagem e a realidade urbana, típicas de uma cidade ribeirinha amazônica, tem se, portanto, transformado. Esperamos que os resultados futuros dessa atividade econômica se revertam em benefício para a população.

## 6. Agradecimentos

Os autores agradecem à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo suporte financeiro ao projeto, sem o qual essa pesquisa teria sido inviável.

## 7. Notas

- (1) A Amazônia Legal foi definida com finalidade de planejamento e administrativa pelo Governo Federal, em 1966, pela Lei No. 5173. A Região abrangia, em 2010, 773 municípios distribuídos em nove estados: Pará, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Amapá, Acre, Maranhão e Tocantins.
- (2) Nessa pesquisa, foram considerados como municípios do estuário do rio Amazonas aqueles que se encontram em seu delta, classificados de acordo com Brondizio *et. al* (2016). Nesse caso, são 50 municípios, 41 localizados no estado do Pará e 9 no estado do Amapá (canal norte e sul do rio Amazonas).
- (3) Recentemente, a coordenação dessa pesquisa se associou ao Belmont Fórum, obtendo recursos da FAPESP para contribuir com as pesquisas de uma rede, composta por pesquisadores de 22 Instituições de Ensino e Pesquisa, de diferentes países. O objetivo dessa rede é desenvolver o projeto DELTAS, o qual «*brings together world experts from the physical and social sciences with local stakeholders from government and non-profit organizations to enhance our scientific understanding of*

*deltas as coupled socio-ecological systems (...) Over the next three years, the cumulative research and knowledge of the team will develop a science-based integrative modeling framework that can be used to assess delta vulnerability and guide sustainable management and policy decisions at the regional and local scales. This modeling framework will be tested on three delta demonstration sites: the Ganges-Brahmaputra-Meghna (GBM) delta, the Mekong River delta (MRD), and the Amazon River delta (ARD).* (DELTAS, 2014).

- (4) A aplicação dos formulários foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Paraíba, sob o número H120/CEP/2009, em outubro de 2009, referente ao campo realizado no ano de 2010 e 17300213.9.0000.5503, em 17/10/2013, referente ao campo do ano de 2013.
- (5) Essa coleta foi realizada se contado os estabelecimentos comerciais que existiam em cada rua da cidade de Ponta de Pedras. Essa contagem foi facilitada pelo tamanho da cidade.
- (6) A safra do açaí no estuário do rio Amazonas ocorre entre os meses de agosto e janeiro. De acordo com trabalho de campo realizado em julho de 2013, o preço do açaí batido (litro) era de R\$ 4,00. Na feira do açaí de Ponta de Pedras foi informado que o «paneiro» (cesto de palha, contendo açaí), pesando custava R\$ 14,00.

## 8. Referências citadas

- AMARAL, S.; DAL'ASTA, A. P.; BRIGATTI, N.; PINHO, C. M. D. de; MEDEIROS, L. C. de C.; ANDRADE, P. R. de; PINHEIRO, T. F.; ALVES, P. A.; ESCADA, M. I. S. & A. M. V. MONTEIRO. 2013. «Comunidades ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do Baixo Tapajós (Pará-Brasil)». *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30(2): 367-399.
- BECKER, B. K. 2005. «Geopolítica da Amazônia». *Estudos Avançados*, 19(53): 71-86.
- BRONDIZIO, E. S. 2008. *The Amazonian Caboclo and the Açaí palm: Forest Farmers in the Global Market*. Botanical Garden Press. New York, USA.
- BRONDIZIO, E. S.; VOGT, N.; MANSUR V., A.; ANTHONY, E. J. & S. HETRICK A. 2016. «A conceptual framework for analyzing deltas as coupled social ecological systems: An example from the Amazon River delta and estuary». *Sustainability Science*, 11(4): 591-609.
- CASTRO, E. 2008. «Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas». En: E. CASTRO (org.). *Cidades na floresta*. Annablume. São Paulo, Brasil.

- CORRÊA, R. L. 1993. *O espaço urbano*. Ática. São Paulo, Brasil.
- COSTA, S. M. F.; MONTOIA, G. R. M.; RANGEL, J. A.; LIMA, V. M. & P. ISSA. 2012. «Pequenas cidades do estuário do rio Amazonas: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades da pequena cidade de Ponta de Pedras». *REDES - Rev. Des. Regional*, 17(2): 56-74.
- DELTA. *Sustainable Deltas 2014*. 2014. Disponível em: <http://www.delta.umn.edu/>. [Acesso em: agosto, 2014].
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA (IBGE). 2000, 2010, 2011, 2013 e 2014. Censo online. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- MACHADO, L. O. 1999. «Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira». *Cadernos do IPPUR/UFRJ*, 13(1): 110-137.
- NUNES, B. F. 2008. «A interface entre o urbano e o rural da Amazônia brasileira». En: E. CASTRO (org.). *Cidades na floresta*. Annablume, São Paulo, Brasil.
- OLIVEIRA, J. A. 2006. «A cultura, as cidades e os rios na Amazônia». *Ciência e Cultura*, 58(3): 1-3.
- OLIVEIRA, J. A. de & T. SCHOR. 2008. «Das cidades da natureza à natureza das cidades». En: S. C. C. da TRINDADE JÚNIOR e M. G. da C. TAVARES (orgs). *Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências*. Editora da Universidade Federal do Pará (EDUFPA). Belém, Brasil.

- PENALVA SANTOS, A. M. S. 2003. *Economia, espaço e sociedade*. FGV. Rio de Janeiro, Brasil.
- RELATÓRIO ANUAL DE DADOS DE INFORMAÇÃO SOCIAL (RAIS). 2014. Ministério do Trabalho e Comércio, Brasília. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/rais/#2>. [Acesso em: dezembro, 2014].
- SANTOS, M. 1993. *A urbanização brasileira*. HUCITEC. São Paulo, Brasil.
- SAWYER, D. 1987. «Urbanização da fronteira agrícola no Brasil». En: L. LAVINAS. *A Urbanização da fronteira*. pp. 43-55. Edições Publipur, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.
- SOUZA, A. G. C. 1996. *Fruteiras da Amazônia*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Manaus, Brasil.
- TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P. & M. D. B. AMARAL. 2008. «Das ‹janelas› às ‹portas› para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia». pp. 27-47. En: S. C. C. da TRINDADE JÚNIOR e M. G. TAVARES (orgs). *Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências*. Editora da Universidade Federal do Pará (EDUFPA). Belém, Brasil.
- WAGLEY, Ch. 1976. *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics*. Oxford University Press, London.